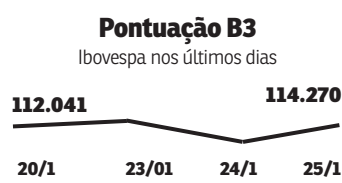
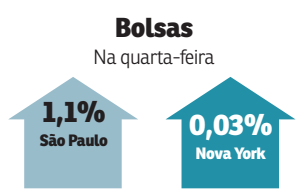




7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 26 de janeiro de 2023



**Dólar**  
Na quarta-feira

Últimos	19/janeiro	20/janeiro	23/janeiro	24/janeiro
	5,170	5,207	5,200	5,143

**R\$ 5,079**  
(- 1,22%)

**Salário mínimo**  
**R\$ 1.302**

**Euro**  
Comercial, venda na quarta-feira  
**R\$ 5,544**

**CDI**  
Ao ano  
**13,65%**

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)  
**13,66%**

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2022	-0,36
Setembro/2022	-0,29
Outubro/2022	0,59
Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62

## ESTATAIS

# Petrobras encaminha troca de comando

Indicação do senador Jean Paul Prates (PT-RN) para ocupar a presidência será votada hoje pelo conselho de administração da companhia. Expectativa é de que nova direção altere a política de preços dos combustíveis, vinculada ao mercado externo

» RAFAELA GONÇALVES  
» KELLY HEKALLY  
Especial para o **Correio**

O Conselho de Administração da Petrobras se reúne hoje para votar a indicação do senador Jean Paul Prates (PT-RN) à presidência da estatal. Apesar da aprovação ser dada como certa, a troca do comando traz incertezas para o mercado financeiro, em meio à expectativa de que seja revista a política de Preço de Paridade Internacional (PPI), que atrela o valor dos combustíveis no país às cotações, em dólar, no exterior.

Na terça-feira, Prates teve seu nome aprovado por um comitê interno da empresa encarregado de avaliar a aptidão e a idoneidade de candidatos a cargos de direção. O senador, que é advogado e economista, com especialização na área de petróleo e gás, já questionou o PPI em diversas ocasiões. Em dezembro, ao ter a indicação anunciada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ele afirmou que pretendia alterar a regra, instaurada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) em 2016.

Ao **Correio**, interlocutores de Prates disseram que, até que ele "sente na cadeira da Presidência", não serão dadas declarações de possíveis mudanças que estejam sob sua esfera de decisão.

Em relatório anual a investidores no ano passado, a estatal afirmou que mudanças na política de preços dos combustíveis poderiam "ter um impacto material adverso em nossos negócios, resultados, condição financeira e valor de nossos títulos". Especialista em renda variável da Valor Investimentos, Paulo Luives lembrou que as ações da petroleira tiveram quedas relevantes desde a definição do segundo turno das eleições presidenciais, e que o mercado olha possíveis intervenções na estatal com muita

desconfiança.

"Boa parte disso já está precipitado desde que o nome de Prates foi ventilado. Intervenções duras na política de preços já aconteceram no passado, e isso ainda preocupa", avaliou Luives.

No início do mês, o senador adotou um discurso mais brando, assegurando que não haveria intervenção nos preços dos combustíveis. Segundo ele, a referência aos valores internacionais não seria abandonada, mas, para definir os preços internos, seria levado em conta também o custo de produção interna, em reais, inclusive considerando as variações regionais.

"Ultimamente ele tem mostrado em comportamento discreto, o que é importante para o cargo, visto que é uma escolha que envolve a área técnica e toda a mesa diretora. Falar sobre esse assunto antes de assumir o cargo de presidente é um risco enorme e gera ruídos no mercado", observou o economista César Berço, sócio diretor da OpenInvest.

Um projeto de Prates, aprovado no Senado com apoio do governo, mas posteriormente barrado por iniciativa do ex-ministro da Economia Paulo Guedes, propõe a criação de um fundo de estabilização de preços. A ideia é evitar grandes aumentos aos consumidores em momentos de alta volatilidade do mercado.

Para o economista Robson Gonçalves, professor de MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o perfil do senador sugere a continuidade da política atrelada à evolução dos preços internacionais. No entanto, o governo já sinalizou que está preocupado com os impactos inflacionários desse modelo e deixou clara a intenção de mudá-lo.

"Podemos esperar um meio termo, sem abandono do parâmetro técnico, mas com uma atenção maior aos impactos

Jefferson Rudy/Agência Senado



Parlamentar afasta intervenção do governo, mas quer maior peso para custos internos de produção

inflacionários, com um esforço voltado para que os reajustes praticados pela Petrobras sejam mais espaçados", avaliou Gonçalves. Para ele, as propostas apresentadas até o momento pelo senador seriam uma alternativa para controlar oscilações que "causam relativa incerteza na economia".

### Consumidor

Até que a política de preços seja eventualmente alterada, o regime do PPI continua valendo.

Na última terça-feira, a estatal anunciou um reajuste de 7,46% nos preços da gasolina cobrada das distribuidoras para reduzir a defasagem com as cotações internacionais. Com isso, o litro do produto passou, ontem, de R\$ 3,08 para R\$ 3,31. A alta valeu apenas para as distribuidoras, mas muito postos de revenda não esperaram as novas faturas para repassar o aumento para o consumidor.

No Distrito Federal, a gasolina, cujo preço médio estava

em R\$ 4,87, já era vendida aos consumidores por, ao menos, R\$ 5,10. Em alguns postos, para pagamento no cartão de crédito, o litro do combustível chegava a R\$ 5,69.

No entanto os preços da gasolina já foram bem mais elevados por conta da PPI. Em junho do ano passado, quando as cotações do petróleo alcançaram US\$ 139,38 no mercado internacional, o maior valor em 14 anos, o combustível chegou a ser vendido por R\$ 7,39.

## Mercadante aprovado para o BNDES

O Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou, ontem, o nome de Aloizio Mercadante para presidir a instituição financeira. Além dele, o colegiado também escolheu Tereza Campello, Natalia Dias e Helena Tenorio para cargos de diretoria no banco público de fomento.

Os escolhidos se juntam aos diretores já nomeados Alexandre Corrêa Abreu, que presidia o banco interinamente, José Luis Gordon, Nelson Barbosa Filho e Luiz Navarro.

Em 9 de janeiro, um despacho do Tribunal de Contas da União (TCU) deu aval à nomeação de Mercadante, diante de incertezas sobre eventual vedação pela Lei das Estatais.

Conforme a legislação, de 2016, não podem ser nomeados para conselhos de administração ou diretorias de estatais, incluindo a presidência, "pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado à organização, estruturação e realização de campanha eleitoral".

Durante as eleições presidenciais do ano passado, Mercadante foi coordenador do programa de governo do candidato eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. Desde que teve o nome indicado pelo presidente para o BNDES, o ex-ministro vinha alegando que seu trabalho na elaboração do programa de governo se deu de forma voluntária, se restringindo a trabalho intelectual.

## CASO AMERICANAS

# Lista de credores tem quase 8 mil nomes

» MICHELLE PORTELA

Com pedido de recuperação judicial aprovado pela 4ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, após revelar a existência de um rombo de R\$ 20 bilhões no balanço, a Americanas apresentou à Justiça, ontem, uma lista com 7.967 credores nacionais e internacionais da companhia. No total, a varejista relatou dívidas que somam R\$ 41,2 bilhões, a maior parte com bancos. Ainda ontem, a empresa pediu recuperação judicial também nos Estados Unidos para proteger os ativos que tem naquele país.

De acordo com a lista, entre os bancos, o principal credor é o Deutsche Bank, com R\$ 5,2 bilhões a receber, seguido por Bradesco (R\$ 4,8 bilhões), Santander (R\$ 3,6 bilhões), BTGPactual (R\$ 3,5 bilhões) e BV (R\$ 3,2 bilhões). A

companhia também deve valores elevados para fornecedores, com destaque para a Samsung, credora de R\$ 1,3 bilhão.

Além da Samsung, a relação de fabricantes de eletrodomésticos inclui a Semp, com crédito de R\$ 70 milhões, a LG (R\$ 52,8 milhões) e a Lenovo (R\$ 31 milhões). Já entre as empresas de tecnologia, a Google cobra uma dívida de R\$ 94 milhões, seguida por R\$ 11 milhões do Facebook.

Os valores informados pela empresa provocaram controvérsia e alguns dos credores consideraram os dados inconsistentes — o que para analistas pode indicar que a contabilidade da empresa esconde problemas ainda maiores do que a "inconsistência" de R\$ 20 bilhões que levou à companhia à recuperação judicial.

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Relação, que soma dívidas de R\$ 41,2 bilhões, teve dados contestados

O Deutsche Bank, por exemplo, informou que não tem exposição direta de crédito à varejista brasileira, mas que atua como agente fiduciário de dois títulos de dívida (bonds) que a Americanas emitiu no exterior no segundo semestre do ano

passado. O Deutsche apenas mantém o título de dívida em seu poder, mas, na verdade, os papéis são dos investidores que compraram os bonds.

Os detentores desses títulos, inclusive, estão organizando em Nova York um grupo de

credores para participar das negociações da recuperação judicial da Americanas. Desde a descoberta do rombo de R\$ 20 bilhões no balanço, os bonds da Americanas despencaram mais de 80% no mercado internacional, chegando a ser negociados a menos de US\$ 0,10 na última sexta-feira. Ontem, apresentam uma recuperação e subiram para US\$ 0,145.

O BV, segundo fontes do mercado, considerou que, no seu caso, os dados estão inflados em mais de R\$ 3 bilhões com a contabilização indevida de debêntures da companhia distribuídas pelo banco. O BV, na verdade, teria crédito bem menor, de R\$ 206 milhões.

### Briga na Justiça

Além do desencontro de informações, a batalha judicial entre a Americanas e os bancos continua. Ontem, num revés para a varejista, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou decisão do judiciário fluminense e permitiu, por meio de uma

liminar, que o BTGPactual continue retendo R\$ 1,2 bilhão da empresa a título de compensação pelos créditos que tem a receber. Ainda haverá julgamento do mérito.

Na avaliação do advogado e professor da FGV Direito Rio Gustavo Kloh, é bastante provável que um plano de recuperação judicial, negociado com os credores, venha a ser aprovado, visando a continuidade dos trabalhos da empresa.

Aos consumidores, o professor recomenda manter a rotina de compras em lojas físicas, de onde podem sair com os produtos em mãos, mas ressalta que o e-commerce já não oferece segurança. "Compre nas lojas físicas, mas é preciso ter uma cautela especial com as compras on-line", aconselha. "Já percebemos que empresas que usam o marketplace da Americanas estão aumentando os preços com o objetivo de desencorajar vendas para evitar um possível colapso no futuro", observou Kloh. (Com Agência Estado)